



Comissão de Direitos Humanos - Núcleo de Memória dos Direitos Humanos ATA DA 2ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB-SP, REALIZADA NO DIA 01/08/2019

No dia 01 de agosto de 2019, às 17h, na Sede Secional OAB SP, na Rua Maria Paula, 35 - Centro - São Paulo - SP, 1º andar, foi realizada a segunda reunião do Núcleo de Memória da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, com a presença da coordenadora, Gabriela Shizue Soares de Araujo e dos seguintes membros e colaboradores: Marina Faraco Lacerda Gama, Marisa Alves Vilarino, Magda Biavaschi, Karina Suzana da Silva Alves, Guilherme Lobo Marchioni, Elisa Lara Sena, Claudinei Vieira Silva, Matteo B. Giannella.

Tratou-se de reunião organizativa para encaminhamento e aprimoramento de atividades previamente acordadas na reunião anterior:

1 – Projeto de Registro da Memória da Atuação de Profissionais da Advocacia Alinhados à Defesa dos Direitos Humanos:

Analisou-se a proposta enviada previamente a todos por escrito, pelo membro Guilherme Lobo, e decidiu-se por, primeiramente, entrevistar os advogados inscritos no Estado de São Paulo e que tiveram alguma atuação durante o período da ditadura militar e em períodos anteriores. Esse grupo de trabalho será composto pelos membros Guilherme Lobo e Takao Amano, com a supervisão da coordenadora Gabriela Araujo.

Foram sugeridos nomes a serem entrevistados e destacou-se a importância de inclusão de mulheres advogadas e de advogadas e advogados negros no resgate da memória da advocacia militante em Direitos Humanos.

O Dr. Guilherme ficou responsável por ajustar o projeto, fazer os primeiros contatos, e avisar previamente os membros do núcleo sobre as entrevistas agendadas, para que, quem quiser, possa acompanhá-lo.

2 – Projeto de Seminário – Fontes de Pesquisa e a Preservação da Memória Institucional:

O projeto apresentado previamente, por escrito, pela professora Magda Biavaschi, foi analisado e debatido. Entendeu-se necessário esmiuçar os valores a serem solicitados para custear a vinda de palestrantes externos. Também ficou decidido que o seminário será realizado em apenas um dia.

Faltou a indicação de mais um historiador ou historiadora para integrar o seminário, que deverá ser apresentada pela membra Renata Possi Magane ou pelo membro Flávio Bastos, oportunamente.

A Dra. Gabriela solicitou à secretaria das Comissões algumas opções de datas do auditório, para a realização do seminário, e obteve como retorno as seguintes: 01/10, 02/10, 03/10 e 09/10. A professora Magda ficou de sondar com os palestrantes já escolhidos qual seria a melhor data.



3 – Projeto Registro da Legislação Histórica de Direitos Humanos

Foi analisado e debatido o projeto apresentado previamente pela membra Marisa Alves Vilarino. A Dra. Karina auxiliará a Dra. Marisa, nesse primeiro momento, no levantamento das informações que já estão disponíveis, entrando em contato com a Secretaria de Comissões e os órgãos administrativos da OAB/SP.

A coordenadora Gabriela Araujo informou a todos que foi contatada por uma ex presidente da comissão de Direitos Humanos, Dra. Sylvia Steiner, que teria informações sobre a memória do período em que participou da comissão. A Dra. Sylvia ficou de enviar um email com detalhes.

Decidiu-se também que um ótimo caminho para resgatar a memória da CDH seria entrevistar os expresidentes, a começar dos mais antigos, o que também pode eventualmente se transformar em uma publicação ou um livro. O grupo de trabalho para dar início a esse levantamento será composto pelas membras Marisa Vilarino, Karina Alves, Renata Possi Magane e Juliana Bastos.

Os demais membros que não estiverem nesse grupo de trabalho e nem no grupo de trabalho da memória dos advogados, ficarão responsáveis por ajudar na organização do Seminário que ocorrerá em outubro.

4. Outros

Discutiu-se a necessidade do Núcleo da Memória de Direitos Humanos adotar alguma postura perante as violações à memória das vítimas da ditadura, perpetradas pelo próprio Presidente da República. Pensou-se na realização de um debate ou um ato, o mais breve possível – para tanto será necessário pedir uma data do auditório da OAB. Também ficou sugerido que a coordenadora Gabriela Araujo redigisse um texto, que poderia ser um artigo para ser veiculado em grandes meios de comunicação, ou então uma nota do núcleo.

Também foi deliberado que o prazo meta para levantamento do histórico dos advogados e das realizações da CDH será inicialmente de 1 ano.

Às 17h50 encerrou-se a reunião, com a assinatura de todos na lista de presença que segue anexa.

Ana Amélia Mascarenhas Camargos
Vice – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP